

**PT 35 ANOS.
ESTES
FILHOS TEUS
NÃO FOGEM
À LUTA.**



#PT35ANOS



Carta de Salvador
E RESOLUÇÕES DO 5º CONGRESSO



APRESENTAÇÃO



Com a realização do 5º Congresso Nacional do nosso Partido, que contou com a participação de 800 delegados e delegadas e foi precedido de incontáveis “Etapas Livres” com a presença de milhares de militantes e simpatizantes, nos quais foram discutidos e aprofundados diversos temas que subsidiaram a construção da Carta de Salvador. Foi apresentada e aprovada, fruto das discussões políticas, um conjunto de emendas, resoluções e moções que embasará a tática e estratégia do Partido dos Trabalhadores para os próximos períodos. Nesta conjuntura, na qual a campanha de cerco e aniquilamento do nosso projeto tenta se aprofundar, o PT realizou seu vitorioso Congresso e demonstra-se cada vez mais vivo. Cada vez mais forte!

Alberto Cantalice | Vice-presidente e coordenador de mídias sociais
José Américo Dias | Secretário de Comunicação

Carta de Salvador

E RESOLUÇÕES DO 5º CONGRESSO

01

Reunido em seu V Congresso, o Partido dos Trabalhadores, na presença de centenas de militantes de todo o País, renova sua confiança no povo brasileiro, protagonista das grandes transformações que vivenciamos nos anos mais recentes. Reafirmamos, igualmente, nossa convicção de que a edificação de uma nova sociedade, justa, fraterna e solidária, uma Pátria socialista, só se fará com o aprofundamento da democracia e a ampla participação organizada das maiorias sociais. Por isso, diante do cenário atual, em que o mundo sofre as consequências do terremoto da crise global do capitalismo, o PT vem a público apresentar propostas de superação das dificuldades do momento, ao tempo em que nos fiamos na determinação e competência do governo da presidenta Dilma para nos liderar nessa travessia.

Reconhecemos nossos avanços, apontamos nossos erros, sugerimos novos caminhos a trilhar e, sobretudo, divisamos um futuro de esperança, de progresso social e de paz.

Ao lado de resoluções que dizem mais respeito ao nosso funcionamento interno, divulgamos a presente “Carta de Salvador”, um documento de compromissos históricos, de revigoramento de nossos princípios fundantes e de atualização de nosso projeto.

2. O mundo vive sob as condições geradas pela crise do capitalismo irrompida em 2008, a mais grave e prolongada desde o colapso de 1929.

3. Um tsunami devastou o sistema internacional de crédito, reduziu os fluxos comerciais entre as nações, expôs a contradição entre a crescente capacidade produtiva e a diminuição relativa da renda dos povos e desnudou os laços de dominação das grandes potências sobre os países emergentes e em desenvolvimento.

4. A resposta hegemônica dos países capitalistas dominantes vem aguçando o conflito que opõe os interesses dos trabalhadores e dos países dependentes contra os objetivos imperialistas, neoliberais e das grandes corporações internacionais.

5. O repertório neoliberal frente à crise, rebatizado de austeridade fiscal, tem entre seus principais ingredientes a redução de salários e direitos, o corte dos gastos públicos, a salvaguarda estatal dos bancos privados, o protecionismo comercial e a imposição de novas medidas para a integração subordinada das nações emergentes à ordem econômica mundial.

6. Ao lado da China e da Rússia, e mais recentemente o governo grego, a América Latina tem se constituído em uma das principais frentes de resistência a essa estratégia, pela via autônoma que a região busca construir desde a eleição dos presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, na virada do século, seguida de triunfos eleitorais progressistas em outros países importantes.

7. A região latino-americana e caribenha trata de consolidar um modelo de desenvolvimento cujo eixo principal é a criação de amplos mercados nacionais de massa, impulsionados por políticas de distribuição de renda, fortalecimento do mercado de trabalho, soberania sobre as riquezas naturais e fortalecimento do poder público.

8. Apesar das distintas realidades locais e dos diferentes caminhos para a implementação de mudanças, a América Latina tem se empenhado em intensificar a integração regional, construindo instituições políticas, comerciais e financeiras que consolidem um projeto sustentavelmente autônomo,

como servem de exemplo o Mercosul, a UNASUL, a CELAC.

9. Os resultados sociais e econômicos são fortemente positivos nos últimos quinze anos: taxas superiores de crescimento do PIB, destacada diminuição da miséria e da desigualdade social, ampliação dos direitos e serviços públicos, melhoria sensível dos indicadores de saúde e educação.

10. É inegável, porém, que a alteração do cenário internacional estabeleceu impasses para o aprofundamento desse modelo.

11. A queda abrupta do excedente comercial, provocada pela derrubada dos preços internacionais de commodities e do volume de transações, e ainda, a expressiva diminuição na arrecadação causada pela queda importante da atividade da indústria, afetaram drasticamente a principal fonte de financiamento das políticas social-desenvolvimentistas.

12. Também se intensificou a tensão entre expansão da renda popular e cadeias produtivas, fortemente dependentes do capital privado local e mundial. Muitos dos atuais problemas inflacionários, fiscais e cambiais derivam dessa desarmonia.

13. Este novo quadro aguça as lutas de classes em toda a região, sob a forma de conflitos distributivos em tempos de escassez. Enquanto a insaciável acumulação capitalista demanda compressão de salários e direitos para aumentar a rentabilidade dos negócios e sua competitividade internacional, a continuidade da ascensão dos pobres da cidade e do campo passou a depender de reformas tributárias e nacionalização de ativos que favoreçam uma maior distribuição de renda.

14. Os países imperialistas, particularmente os Estados Unidos, valem-se da crise para desencadear uma ofensiva contra as experiências latino-americanas, estimulando movimentos para sua derrocada e pressionando pela substituição do modelo, com o objetivo de, pelo acesso fácil aos mercados e às riquezas naturais da região, acumular e concentrar mais capital.

15. Diante deste quadro, os governos progressistas defrontam-se com dilemas cruciais: aprofundar a integração regional ou curvar-se à inserção subordinada ao sistema comandado pelo imperialismo; promover reformas

16

O Brasil, desde 2003, quando toma posse o presidente Lula, é um dos pilares da nova realidade latino-americana, em suas conquistas e desafios.

que reduzam a transferência de renda do Estado para grupos privados ou ceder às exigências de mercado para ampliar os ganhos do grande capital.

17. Há quase treze anos o País vive a implantação progressiva de um projeto de desenvolvimento com inclusão social, geração de milhões de novos empregos, distribuição de renda, fortalecimento do mercado de trabalho e abertura de oportunidades para a população.

18. Os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, aproveitando-se com inteligência e firmeza das condições externas e internas, vigentes até a eclosão da crise capitalista, foram paulatinamente reduzindo as taxas de juros, eliminando a dívida pública externa e diminuindo o peso relativo do endividamento interno.

19. O Estado, a partir deste redimensionamento dos encargos financeiros, amealhou recursos para um conjunto de programas que mudaram drasticamente a vida dos brasileiros mais pobres, em um fenômeno que se refletiu em formidável ampliação do consumo de bens e serviços, que, com o simultâneo fortalecimento do mercado de trabalho, se constituíram em motores da nova etapa de desenvolvimento nacional.

20. Além das políticas sociais – que precisam ser consolidadas – o poder público retomou dinamismo como principal investidor em obras de infraestrutura e projetos estratégicos, tanto através de recursos orçamentários quanto do robustecimento de bancos e empresas estatais.

21. Graças a um longo período de recuperação econômica, o País tornou-se destino obrigatório dos fluxos internacionais de investimento, com rebai-xamento acentuado da taxa de desemprego e escalada nos salários pagos nos distintos ramos de atividade.

22. A eclosão da crise internacional, no entanto, abalou o financiamento desse modelo de desenvolvimento, que muito se alimentava do excedente comercial crescente entre 2004 e 2010, com suas boas consequências para as finanças públicas.

23. O Estado começou a perder capacidade de financiar o modelo de desenvolvimento em construção. A persistência da crise mundial, ao reduzir o



saldo de exportações, foi respondida pelo governo com subsídios fiscais, para tentar manter o ritmo da economia, e elevação da taxa básica de juros para atrair capitais que permitissem fechar positivamente as contas do País. O “espírito animal” do capital industrial não despertou, apesar da ampla política de desonerações. Até mesmo porque setores do capital industrial foram seduzidos pelas altas taxas de remuneração do rentismo.

24. O governo da presidenta Dilma Rousseff, com essas medidas, conseguiu defender o emprego e a renda dos trabalhadores, mas a soma de desonerações dos grupos capitalistas e a arremetida dos custos da dívida interna esvaziaram os cofres do Estado, ainda mais depauperados pelo enfraquecimento do PIB e da queda da arrecadação tributária.

25. O excedente comercial dos primeiros dez anos permitiu o avanço do projeto petista sem mexer nas estruturas rentistas herdadas dos governos neoliberais, mas a retração mundial escancarou o caráter antinacional da financeirização de empresas produtivas e da concentração de renda provocada pela acumulação de bônus da dívida interna.

26. Além de sangrar o orçamento nacional, pois boa parte das receitas públicas federais se destinam a pagamento e amortização de títulos do Tesouro, o rentismo inibe os investimentos privados e aprofunda o processo de desindustrialização, ao pressionar para cima o câmbio e reduzir a competitividade das exportações brasileiras.

27. A verdade é que a baixa do superávit comercial, em convivência com estas velhas estruturas rentistas, desacelerou o crescimento da economia e a expansão do mercado interno, derrubou a taxa de investimentos e penalizou tanto a renovação da infraestrutura quando a ampliação dos serviços públicos.

28. O Partido dos Trabalhadores reconhece que essa situação exige a abertura de um novo ciclo, no qual reformas estruturais, investimentos em inovação, desenvolvimento científico e tecnológico, maior capacitação e valorização da força de trabalho abram campo para a afirmação do projeto nacional de desenvolvimento implantado a partir de 2003.

29. A nova realidade impõe um desmonte progressivo do rentismo, um com-

bate implacável aos saudosistas do neoliberalismo a fim de recuperar a soberania financeira do Estado.

30. A oposição de direita, a mídia monopolizada e seus aliados mais conservadores defendem que a retomada do crescimento depende da atração de capitais externos a qualquer custo, através da redução relativa de salários e direitos, elevadas taxas de juros, privatizações e desregulamentações, diminuição dos gastos públicos e a inserção subordinada do País em acordos de livre-comércio e nas cadeias produtivas globais.

31. O PT se contrapõe a esse ponto de vista, prejudicial aos interesses nacionais e à maioria da população brasileira.

32. A opção pela qual lutamos é a da transição de políticas públicas para reformas de base. O País precisa de um novo programa para um novo ciclo de desenvolvimento, cujo núcleo fundamental é a transformação do sistema tributário, regressivo, injusto, concentrador de renda e riqueza. Coerente com isso, o ajuste fiscal não deve recair sobre os trabalhadores. Por essa razão é preciso que as medidas tenham como princípio a justiça fiscal aprimorando ações como a MP 675 que eleva a CSLL de 15% para 20% no caso dos lucros e dividendos dos bancos.

33. O PT defende também a reversão da política de juros altos, comprovadamente ineficaz no combate à inflação nesta fase de retração da demanda e gravosa para o Tesouro. É preciso conduzir a orientação geral da política econômica para a implementação de estratégias para a retomada do crescimento, para a defesa do emprego, do salário e demais direitos dos trabalhadores,



que permitam a ampliação das políticas sociais.

34. O Partido acha urgente, ainda, a instituição do imposto sobre grandes fortunas, grandes heranças e sobre lucros e dividendos, para alavancar o modelo de desenvolvimento sustentável com justiça social.

35. Também advoga a mudança das alíquotas do Imposto de Renda, com elevação do atual teto, aliviando a carga tributária sobre a produção e a maioria dos assalariados e onerando os grandes patrimônios e as grandes riquezas.

36. É preciso inverter a lógica do sistema atual, que concentra a carga tributária sobre impostos indiretos, regressivos e injustos, pois atingem a todos igualmente (como são o ICMS e o IPI), para incidir-la mais sobre os impostos diretos, a fim de fazer pagar mais quem tem mais.

37. Consideramos imprescindível um amplo debate nacional sobre financiamento da Saúde Pública.

38. Estas medidas, que a outras se somam, particularmente a manutenção da política de conteúdo nacional e do regime de partilha na exploração do pré-sal, são fundamentais para dotar o governo de recursos que possibilitem a execução das cinco reformas indispensáveis para a edificação do Estado de bem-estar social: agrária, urbana, educacional, sanitária e de transportes.

39. Vital, também, para o PT, é a transformação do Estado, para democratizá-lo, dar-lhe transparência, abri-lo à participação e ao controle da sociedade, bem como torná-lo mais eficiente.



40. Entre várias reformas do Estado necessárias, o PT aponta três, como medidas imediatas.

41. A primeira consiste na reorganização administrativa e institucional, que viabilize a reprogramação de todas as políticas públicas a partir da matricialidade e integração setorial de suas especialidades. Enquanto o Estado funciona na forma de caixinhas setoriais (educação, saúde, trabalho, entre outros) e regionais, os problemas atuais tornam-se cada vez mais complexos e totalizantes, incapazes de serem superados pela lógica de organização pública em partes que não se comunicam, quando concorrentes entre si. A fonte disso encontra-se centrada na recuperação do sistema de planejamento democrático e transparente de médio e longo prazos.

42. A segunda concentra-se na necessária ampliação das políticas distributivas para as redistributivas. Ou seja, a transição da melhor repartição social do orçamento governamental para a expansão da progressividade do fundo público.

43. Arrecadando mais e melhor, o Estado passa a alterar, de maneira mais forte e eficaz, a desigualdade medieval que, apesar dos governos progressistas, ainda persiste nos países latino-americanos.

44. A terceira, por fim, refere-se à reinvenção do mercado, tendo em vista o poder dos grandes grupos econômicos sobre o Estado. Ademais das exigências da transparência e crescente participação social, o Estado precisa reconstituir-se fundamentalmente para o verdadeiro mar que organiza os micro e pequenos negócios no País, com políticas de organização e valorização do setor por meio da criação de bancos públicos de financiamento da produção e comercialização, fundos de produção e difusão tecnológica e de assistência técnica e de compras públicas. Além disso, essa reinvenção passa pela criação e o fortalecimento nas cadeias produtivas regionais, tendo em vista a integração regional energética e de infraestrutura. As cadeias regionais, no contexto político latino-americano atual, têm a capacidade de aglutinar pequenas e médias empresas, além de criar e fortalecer mercados de consumo e de trabalho nos diferentes países.

45. Somente uma reforma do Estado e uma maior ampliação do fundo públi-



co poderão ensejar um novo patamar civilizatório, como a postergação do ingresso no mercado de trabalho a partir dos 24 anos, a educação e aprendizagem para a vida toda e, ainda, jornadas de trabalho reduzidas em relação aos tempos extenuantes de agora. Tudo isso, contudo, pressupõe maioria política necessária para tornar realidade o que hoje se apresenta como mera possibilidade.

46. O Partido dos Trabalhadores compreende que estas mudanças não se limitam às fronteiras nacionais, complementando-se com a intensificação dos esforços de integração da América Latina e da aliança com as nações do BRICS.

47. Para libertar o Brasil da ditadura mundial exercida pelo capital financeiro sobre as economias dependentes, é essencial a criação de bancos, fundos de investimentos, tratados de troca e planos produtivos autônomos em relação ao sistema controlado pelos Estados Unidos e Europa. Neste sentido é preciso investir na nova arquitetura financeira mundial que vem surgindo no mundo: o Banco do Sul (da UNASUL), o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, bem como o Banco Asiático de Desenvolvimento e Investimento da China.

48. A adoção deste programa como norte para o campo popular deve expressar movimento potente de renovação estratégica, que influencie a política de alianças, as formas de organização e ação, as relações com os movimentos sociais e a institucionalidade.

49. O Partido dos Trabalhadores considera que se fazem necessárias mudanças para que a estratégia partidária se ajuste a esta nova realidade, a fim de vencer os desafios do período que atravessamos.

50. Forjada nos anos posteriores ao colapso da União Soviética, quando se consolidava a hegemonia imperialista sobre o planeta e predominava o pensamento neoliberal, a estratégia do PT identificou uma cisão entre os grupos dominantes em relação ao modelo econômico preconizado pelo Consenso de Washington. Tal divisão semeou o terreno para alianças com setores mais vinculados à indústria nacional e ao mercado interno, cujos interesses eram representados, no plano institucional, por lideranças e grupos políticos navegando no centro do espectro partidário.

51. Foi possível, então, estabelecer uma ampla frente contra o neoliberalismo, politicamente representado pela coalizão PSDB-DEM, acumulando forças para bater as forças do rentismo nas eleições presidenciais de 2002, quando as urnas sufragaram a dobradinha Lula-José Alencar.

52. Esta aliança da esquerda para o centro tornou viável, para as administrações comandadas pelo PT, a construção de maiorias parlamentares táticas, que garantiram a governabilidade para aprovação de políticas públicas e manutenção da estabilidade institucional.

53. A fórmula prosperou, em boa medida, graças às condições materiais favoráveis dos primeiros dez anos. Os cenários externo e interno possibilitaram a aplicação de programas distributivos sem ferir interesses relevantes do bloco rentista, formado pelo capital financeiro, oligopólios industriais e o agronegócio.

54. Na fase ascensional do modelo desenvolvimentista, estes setores, também favorecidos pelo deslanche da economia, foram relativamente neutralizados e evitaram protagonismo na disputa político-ideológica contra os governos petistas, função que acabou exercida pelos grupos de comunicação e os estamentos mais altos das camadas médias.

55. O Partido dos Trabalhadores reconhece, no entanto, que o sucesso desta estratégia foi acompanhado por erros importantes que provocaram efeitos colaterais maléficos para a esquerda e o campo popular.

56. O principal destes equívocos foi não ter estabelecido como tarefas prioritárias, desde o princípio, a reforma do sistema político e a democratização dos meios de comunicação. A falta de maioria parlamentar progressista e a intenção de reduzir ao máximo conflitos em um cenário no qual os trabalhadores não eram força hegemônica deixaram em suspenso uma campanha nacional por esses temas e a subestimar sua influência sobre todo o processo político.

57. A verdade é que, em contraposição aos processos vividos por outras nações latino-americanas sob governos progressistas, o Partido dos Trabalhadores e as administrações sob sua liderança deixaram, na prática, de alterar instituições e instrumentos de poder das velhas oligarquias, que, mesmo fora do governo central, hoje nos combatem ferozmente.

58. O Partido e o governo acabaram, assim, adaptados a um regime marcado pelo predomínio do poder econômico, pela limitação da participação popular e pelo monopólio da informação – abdicando de denunciá-lo com o peso devido e de lutar por sua superação desde a primeira hora.

59. Deixado intacto, esse sistema político-eleitoral contaminou práticas partidárias, deformou relações internas e trouxe de contrabando métodos e hábitos da política tradicional: a supremacia dos mandatos sobre as instâncias partidárias, o esvaziamento da vida interna fora de períodos eleitorais, o relativo distanciamento dos movimentos sociais, sinais de burocratização, a centralização como método de direção.

60. Outro grave problema foi a deficiência em determinar a correta relação de coalizão interclassista e pluripartidária com disputa de hegemonia. O primado aliancista, da forma como muitas vezes foi conduzido, reforçou a tendência de converter o PT em braço parlamentar do governo, preliminarmente bloqueando a luta por projetos e ideias na sociedade e no Estado.

61. Uma das principais consequências desta dinâmica foi negligenciar a necessidade de investir na elevação da consciência e da cultura de classe das multidões beneficiadas pela ascensão social, objetivo que deveria ter mobilizado amplamente os aparatos de comunicação e educação do Estado, além do próprio Partido.

62. Mesmo internamente, os efeitos foram danosos, definidos pela pouca relevância oferecida à formação político-ideológica da militância e à construção de um sistema de comunicação que pudesse afrontar a influência das corporações midiáticas.

63. O Partido dos Trabalhadores tem buscado corrigir estes erros nos últimos anos, como é possível confirmar pelas resoluções e documentos aprovados desde o III Congresso.

64. Mas reconhecemos que as alterações na situação internacional e local nos obrigam a uma mudança de maior envergadura.

65. A realidade que atualmente vivemos é a da radicalização das disputas de projetos. Aqueles contrários ao projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda, democracia e soberania nacional ganharam força e buscaram desestabilizar o governo, atraindo setores de centro da sociedade brasileira. Esse processo de disputa de projetos apenas confirma nossa concepção de que mudanças, em favor do povo, sem mobilização, são cada vez mais remotas.

66. As vicissitudes do quadro político atual não serão superadas, em favor da classe trabalhadora e seus aliados, sem a emergência de um poderoso movimento de massas que - articulado à luta institucional, às ações efetivas e corretas de governo e à batalha cultural – seja capaz de impor uma situação de cerco ao Estado oligárquico.

67. O programa de reformas estruturais pressupõe a construção de uma frente democrática e popular, de partidos e movimentos sociais, do mundo da cultura e do trabalho, baseada na identidade com as mudanças propostas para o período histórico em curso.



Ao lado da PT na Carta e no Senado e com o apoio para o sistema que acontecerá em 27 de março, o sistema terá
nos poderes e direitos sobre a eleição e proteção de trabalho em nível digital.

É criada a comissão de participação de nível presidencial e coordenação das ações da PT, Alberto Coimbra,
de acordo com o texto e das Assembleias de Constituição da PT, da Comissão da PT, da Comissão Nacional.

É a comissão para o sistema de trabalho em conjunto com os líderes de governo dos parlamentares da PT.

do Senado

em 2010, o sistema de



68

Este caminho vai além de acordos eleitorais ou de pactos entre direções: nossa proposta é a constituição de uma nova coalizão, orgânica e plural, que se enraíze nos bairros, locais de estudo e trabalho, centros de cultura e pesquisa, capaz de organizar a mobilização social, o enfrentamento político-ideológico, a disputa de hegemonia e a construção de uma nova maioria nacional.

69. O Partido dos Trabalhadores não economizará esforços para ajudar a reunificar os movimentos, agrupamentos, coletivos e militantes que tornaram possível a reeleição da presidente Dilma Rousseff em outubro de 2014.

70. Apenas com a existência de um bloco desta natureza poderemos disputar as bases do centro político da sociedade e atrair suas lideranças mais dispostas a se separar do conservadorismo, em torno do nosso projeto democrático e popular de desenvolvimento com inclusão social, democracia e respeito aos direitos dos trabalhadores, além de dialogar com enormes contingentes de brasileiros e brasileiras sem-partido.

71. A estratégia de frente é nosso caminho para firmar uma nova aliança social, que incorpore setores novos e tradicionais da classe trabalhadora, das camadas médias, da intelectualidade e do empresariado simpático ao nosso projeto nacional.

72. Esta política deve ser fortemente mobilizadora da juventude e das mulheres, dos coletivos LGBT e antirracistas, dos grupos ecológicos e das organizações de direitos humanos.

73. O programa da frente tem a obrigação de somar, à agenda do desenvolvimento, da questão nacional (a Petrobrás como pilar), da democratização do Estado, o fim dos autos de resistência, a desmilitarização das polícias estaduais, a descriminalização das drogas, a criminalização da homofobia, a igualdade de gêneros e o reconhecimento pleno da união homo-afetiva, entre outros direitos civis.

74. Agrega-se à essa plataforma a necessidade de responder imediatamente à possível vitória da contra-reforma política, operação comandada pelos partidos conservadores com a intenção de manter o controle dos grandes grupos empresariais sobre o parlamento.

75. Torna-se indispensável a retomada da luta pela Constituinte exclusiva e soberana, convocada especificamente para realizar uma verdadeira reforma do sistema político-eleitoral.

O Partido dos Trabalhadores está pronto para cumprir estas tarefas, que exigirão muita reflexão, unidade, companheirismo e vontade política de nossos (as) militantes e dirigentes.



77. Como integrante do governo de coalizão comandado pela companheira Dilma Rousseff, o Partido tudo fará para que este programa possa ter a presidenta da República como sua principal porta-voz e liderança.

78. Para estarmos aptos a ações de tanta envergadura, o V Congresso conclama todo o Partido para um profundo processo de reorientação, caracterizado pela renovação em suas estruturas, métodos de organização e direção, formas de financiamento, instrumentos de comunicação e relações com os movimentos sociais.

79. Essa é a senda de um partido de massas vocacionado para dirigir o Estado, mas cujo projeto histórico é a fundação de uma nova sociedade, socialista e democrática.

80. Cometemos erros, mas é fundamentalmente por nossas virtudes que as forças conservadoras nos atacam e almejam nossa destruição. Não aceitamos que a classe trabalhadora e seu principal partido estejam no comando do País, enfrentando o legado de opressão e desigualdade gerado em séculos de dominação, violência, privilégios e preconceitos. Respondamos ao ódio reacionário com a esperança simbolizada pela bandeira vermelha: o Partido dos Trabalhadores jamais renunciará ao seu compromisso histórico com a emancipação do povo brasileiro.

81

***Essa é a nossa
tarefa, a nossa
missão.***

***É só querer e,
amanhã,
assim será!***

Salvador, Bahia, junho de 2015

RESOLUÇÃO 1

REFORMA POLÍTICA

O V Congresso Nacional do PT reafirma a defesa da convocação de uma Constituinte Exclusiva para a realização de uma verdadeira reforma política.

Reafirma também suas propostas de financiamento público, voto em lista, paridade de gênero e o repúdio ao financiamento empresarial de partidos e campanhas eleitorais.

No momento em que o Congresso Nacional, através de um golpe regimental e de uma violação à própria Constituição, aprova em primeira votação o financiamento empresarial, que abre espaço para a corrupção na vida política.

O PT reitera sua disposição de continuar lutando para que isso não passe na segunda votação, ou mesmo nas duas votações do Senado Federal.

Assim sendo o 5º Congresso Nacional do PT

RESOLVE:

1. Ampliar o debate do seu projeto de Reforma Política, através de Seminários Estaduais, em Parceria com a Escola Nacional de Formação e a Fundação Perseu Abramo, para construir uma síntese que contraste com o que venha a ser aprovado na contrarreforma em pauta no Congresso.
2. Unificar suas ações junto aos movimentos sociais que hoje participam da plataforma pelo Plebiscito, bem como da coalização por eleições democráticas e livres, tendo como centro o fim do financiamento empresarial e a convocação de um plebiscito para que a população possa votar, escolhendo se é a favor ou contra a convocação de uma Constituinte Exclusiva para mudar o sistema eleitoral.
3. Continuará incansável na luta pela Reforma Política, que democratize verdadeiramente o Sistema Eleitoral Brasileiro, seja através da nossa coleta de assinaturas, seja através da ocupação das ruas e de todos os espaços de luta do povo brasileiro.

(aprovada, mas sujeita a adendo, por acordo na CEN/PT)

RESOLUÇÃO 2

PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Considerando a necessária retomada do Projeto Nacional de Desenvolvimento, com crescimento econômico e inclusão social;

Considerando que a retomada do projeto nacional de desenvolvimento no País não pode ser entendida fora do contexto mundial e regional, onde a disputa de hegemonia com o rentismo, o capital financeiro internacional e as transnacionais é a tônica;

Considerando que o Brasil é o País com a maior biodiversidade do mundo, o maior potencial de água doce do planeta e possui uma matriz energética considerada limpa, temas que vêm a cada dia ganhando importância na economia e assumindo protagonismo no cenário internacional;

Considerando que nos últimos 12 anos a agenda socioambiental tem se destacado nas ações de governo brasileiro;

O PT entende que, nos próximos 4 anos, a agenda de desenvolvimento nacional, em um modelo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, deverá concentrar-se em:

1- Construir as condições para uma nova política monetária e cambial que permitam o crescimento econômico, o controle da inflação e o incentivo à atividade produtiva.

2- Direcionamento do investimento e do crédito para fortalecer a indústria nacional, a inovação e o emprego, concretizando o compromisso com o Brasil Produtivo. Nossas políticas industrial, científica, tecnológica e agrícola devem atuar para dar concretude ao desenvolvimento nacional e a geração de empregos, fortalecendo a pequena e média empresa, estimulando nossa capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos e melhorando o ambiente de negócios do País.

3- Aprofundamento da Reforma Agrária e da Política Agrícola e Segurança Alimentar.

4- Compromisso com o Desenvolvimento Regional: mostramos ao mundo que é possível combinar crescimento com equidade social, fazendo da desconcentração de renda uma poderosa alavanca de sua expansão eco-



nômica. A busca de maior equidade regional é não só compatível com seus objetivos em termos de competitividade, como pode ser um importante instrumento no sentido de alcançá-los. A ativação plena do potencial da rica diversidade regional brasileira, hoje subexplorada, representa uma oportunidade para o Brasil ampliar sua capacidade competitiva e ocupar um novo papel no cenário internacional. É preciso fortalecer o compromisso com o reconhecimento das peculiaridades sociais e ambientais na promoção de políticas de desenvolvimento regional na região norte do País, levando em consideração a diversidade cultural e populacional. O mesmo se aplica à região nordeste, de modo a fortalecer a SUDENE e o BNB como órgãos de formulação, financiamento do desenvolvimento e mobilização político-institucional da sociedade e do setor privado em prol da região.

5- Compromisso com a manutenção da política de conteúdo nacional e do regime de partilha na exploração do pré-sal;

6- Compromisso com a valorização do Trabalho, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, com o fortalecimento do mercado de trabalho e o contínuo combate à precarização.

7- Aprofundamento da Integração Regional da América Latina e Caribe, com investimento na integração energética, de infraestrutura (exemplo recente é a Ferrovia Transcontinental Bioceânica do acordo Brasil- China) e na criação de cadeias produtivas regionais (um exemplo exitoso é a integração produtiva da indústria de brinquedos no Mercosul, ou dos setores automotivo, de gás e petróleo financiados pelo FOCEM – Fundo do Mercosul)

8- Investir no avanço e consolidação dos novos instrumentos na arquitetura financeira mundial como Banco dos Brics, Banco do Sul, Banco Asiático de Desenvolvimento e Investimento da China.

RESOLUÇÃO 3

TERCEIRIZAÇÃO, FATOR PREVIDENCIÁRIO E DIREITOS DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores considera que um dos principais pilares do projeto de desenvolvimento com inclusão social foi e continuará sendo o fortalecimento do mercado de trabalho, o combate à precarização e a ampliação de direitos dos (as) trabalhadores (as). Assim sendo, o V Congresso Nacional do PT:

1- Uma das principais batalhas da conjuntura é a que está sendo travada contra o Projeto de Lei nº 4330, que expande a terceirização do trabalho para todas atividades econômicas, e se constituiu em um dos principais núcleos da política neoliberal. Sua aprovação definitiva representaria o mais rude golpe contra a classe trabalhadora desde a consolidação dos direitos trabalhistas em 1943. O V Congresso Nacional recomenda, assim, que os parlamentares petistas continuem seu trabalho de resistência contra essa medida, buscando unidade com representantes de outros partidos, para impedir a aprovação deste projeto de lei. Conclamamos ainda a presidenta Dilma Rousseff a assumir o papel de liderança na campanha contra a terceirização, como já tem agido, ao mesmo tempo em que recomendamos o veto presidencial caso o projeto de lei 4330 venha a ser acolhido pelo parlamento.

2- Sobre o Fator Previdenciário, o V Congresso Nacional defende que as mudanças ocorridas no âmbito de sua tramitação, aprovadas pela Câmara, não sejam vetadas, instalando-se de maneira imediata a Comissão Quadripartite com as Centrais Sindicais para discussão das regras de acesso à aposentadoria e os outros temas relativos à pauta previdenciária.

3- Finalmente, o V Congresso do PT conclama nosso governo a aprofundar o diálogo social com o movimento sindical brasileiro sobre os direitos dos (as) trabalhadores (as) e a pauta da classe trabalhadora.

RESOLUÇÃO 4

SOBRE ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIREÇÕES DO PT – PED

O PED COMO MÉTODO DE ESCOLHA DAS DIREÇÕES PARTIDÁRIAS

O V Congresso Nacional do PT;

RESOLVE:

1. Tendo em vista o caráter de partido de massas do PT, manter o Processo das Eleições Diretas (PED) e aprimorá-lo, combatendo de forma enérgica os abusos identificados em eleições anteriores, desvinculando do direito ao voto o pagamento das contribuições financeiras do filiado ou filiada que não exerce cargo de dirigente, de confiança ou eletivo.
2. Realizar um Seminário Nacional, em até 90 dias, para encaminhar ao Diretório Nacional, propostas de reorganização partidária e ajustes necessários para melhorar o funcionamento das instâncias partidárias para ampliar a participação da base.
3. A CEN definirá os critérios de participação e a pauta detalhada para o seminário.
4. O rico conjunto de propostas relativas à organização partidária, debatidas e elaboradas nas etapas estaduais e municipais do 5º Congresso, será apresentado como material de subsídio para o Seminário.

RESOLUÇÃO 5

FORMAÇÃO POLÍTICA

O PT, em todos as suas instâncias, precisa atribuir à formação política maior relevância estratégica para a formulação e organização do Partido. Considerando urgente ampliar e fortalecer a formação política do PT, oferecendo-a, em larga escala, de forma presencial e on-line, para os nossos quadros dirigentes e para centenas de filiados e filiadas, inclusive os novos, através da Escola Nacional de Formação Política.

O V Congresso Nacional do PT, RESOLVE:

1. Convocar a Jornada Nacional para Dirigentes.
2. Realizar jornada voltada para candidatas e candidatos a vereador, prefeitos, deputados, governadores com base no modo petista de governar e legislar.
3. Realizar cursos temáticos para filiados e filiadas e novos filiados e filiadas não só em torno de grandes temas como capitalismo, socialismo, estado e democracia, como também sobre o PT e a construção partidária. Em todos os momentos de formação do Partido a luta pela igualdade será conteúdo obrigatório na discussão.
4. Promover a integração e o trabalho coletivo entre a Secretaria Nacional de Formação, Secretaria Nacional de Movimentos Populares, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria Nacional de Organização e Secretaria de Comunicação nos processos formativos.
5. Concretizar os investimentos na política de formação previstos desde o 4º Congresso, ou seja, a Fundação Perseu Abramo e o Diretório Nacional investirão 10% das verbas originárias do Fundo Partidário visando tornar a Formação Política uma prioridade, de fato, no PT.
6. Será necessário, ainda, aperfeiçoar e fortalecer os processos de formação dos novos filiados, seja em nível municipal ou regional, a partir de trabalho conjunto com a SORG e Secretaria Nacional de Formação.
7. Desburocratizar a realização de plenárias de formação para novos filiados, incluindo as secretarias nacional e estaduais de formação política, a escola nacional de formação política, a FPA e os coletivos gestores da formação como incentivadores e apoiadores das instâncias municipais e zonais para que estas cumpram sua responsabilidade estatutária de convocar e realizar as plenárias de formação para novos filiados.

RESOLUÇÃO 6

**SOBRE
COMUNICAÇÃO:
AMPLIAR A
COMUNICAÇÃO
DO PT, UMA
NECESSIDADE QUE
URGE**

Em um País onde poucas famílias controlam os grandes canais de TVs, rádios e jornais e onde a legislação atual em nada ampara o direito do ofendido – vide o engavetamento do Projeto de Lei que garante o direito de resposta que se encontra com sua tramitação obstaculizada na Câmara dos Deputados – fazer comunicação de massa não é uma tarefa fácil.

Há um consenso entre todos os setores do Partido e até fora das nossas fronteiras que existe um cerco midiático-conservador sobre a nossa legenda e suas principais lideranças. Esse cerco tornou-se mais frequente nestes últimos tempos.

Há ainda um sentimento cristalizado de que o PT nesses 35 anos pouca atenção deu ao quesito comunicação. Essa desatenção fez com que o tema fosse na maioria dos diretórios estaduais e até no diretório nacional tratado como “coisa menor”, ou quando muito, meramente administrador do tempo semestral nos horários de propaganda no rádio e na televisão.

A negligência com o tema veio à tona nas manifestações de junho de 2013, quando fomos surpreendidos pela convocação massiva via redes sociais de grandes concentrações, somente aí o diretório nacional deu-se conta da importância das novas mídias.

Ao resolver apostar no fortalecimento da presença petista nas redes, ganhou o Partido importantes instrumentos de conexão e interatividade com o conjunto de militantes e ativistas, bem como abriu uma janela de oportunidades nesse campo de disputa cada vez mais relevante.

Longe de querer exercitar a escolástica própria das forças de esquerda que, na ausência de propostas ou alternativas para o futuro, enveredam pelo teorismo de ocasião, apresentamos algumas propostas para o fortalecimento dos canais de comunicação existentes no Partido e vislumbrando a criação de outros para que possamos disputar a narrativa do cotidiano da política e também municiar nossa base social, compostas de milhões de brasileiras e brasileiros, com formas e meios capazes de fazer a disputa no dia a dia.

1- É imprescindível que todo diretório estadual e diretórios das capitais e de cidades acima de 100 mil eleitores estejam conectados em rede com o diretório nacional via mala de e-mails, Facebooks, Twitters, WhatsApps e Telegrams;

2- Que seja estipulado um prazo de 2 meses a partir do 5º Congresso para que os diretórios estaduais e diretórios das capitais atualizem as suas páginas na internet;

3- Estabelecer mecanismos para que em curto espaço de tempo os diretórios estaduais “criem” ou “entrem” em parceria com outros setores do campo progressista e elaborem um jornal impresso de no mínimo 4 páginas para ser distribuído em locais de grande concentração popular;

4- O diretório nacional, na medida de suas possibilidades, participaria na confecção desses semanários, disponibilizando os conteúdos de caráter nacional e auxiliando financeiramente os diretórios estaduais na produção. Esses semanários teriam distribuição gratuita;

5- Tornar a linguagem de nossa comunicação acessível aos mais jovens. É preciso disputar a juventude que se encontra a mercê da máquina de propaganda midiática, bem como da pasteurização das influências culturais externas;

6- Conquistar espaços na juventude para as pautas progressistas é fundamental para nossa sobrevivência como força política relevante. Assim, sem querer impor o “novo”, temos que criar conteúdos que estejam em comunhão com os anseios desse segmento;

7- Usar cada vez mais os espaços na propaganda no rádio e na TV para politizar e defender as pautas progressistas e a defesa do legado petista;

8- Colocar no ar, em breve espaço de tempo possível, a TV PT na web, assim como transmitir online e ao vivo todos os principais eventos partidários;

9- Criar um canal interativo com a militância, no qual a cada semana um dirigente possa responder aos questionamentos, ouvir sugestões e críticas sobre variados assuntos do momento;

10- Compreender que as redes sociais propiciam uma nova forma de interlocução com a sociedade petista e com o campo progressista. Essa forma é inédita, portanto, nunca experimentada. Esse é o caminho que devemos trilhar e investir pesadamente.

Investir nessas novas ferramentas de comunicação, buscando uma linguagem que nos conecte com a juventude e principalmente com os setores recém incluídos no mundo digital nos dará elementos para romper com o cerco midiático-conservador, já referido.

Nada do que estamos propondo terá viabilidade concreta se não superarmos a acomodação, o desânimo e a “mesmice” que vem crescendo assustadoramente no interior de nossas fileiras. Precisamos reverter essa dinâmica para junto com o povo brasileiro apontar perspectivas palpáveis para o futuro.

A luta pela afirmação das reivindicações da mulheres por mais inserção na vida política; a emergência dos negros com a reafirmação de nossa defesa contundente da política de cotas nas universidades, no serviço e nas carreiras públicas; o reconhecimento do papel dos povos indígenas e a consequente demarcação de suas terras; a luta contra a homofobia e o reconhecimento dos direitos do LGBTs; o reconhecimento de que a “guerra” às drogas não é o caminho para pôr fim ao morticínio, principalmente nas áreas periféricas; a valorização do emprego e a sua total formalização; o investimento maciço na educação e na saúde pública são as pautas que nos levarão ao encontro daquilo que sempre lutamos: uma sociedade brasileira mais justa e humana para todos.

Reatar nossos vínculos históricos com os artistas e intelectuais passa decisivamente pela afirmação dessas pautas progressistas.

Reconstruir as pontes entre o Partido dos Trabalhadores e o mundo da cultura por nós deveras negligenciadas reveste-se de uma importância jamais vista.

Por uma comunicação com a abrangência que necessitamos é o que temos buscado ao longo do último período. Ousemos coletivamente acertar!

(aprovada, mas sujeita a adendos, por acordo na CEN/PT)

RESOLUÇÃO 7

O MODO PETISTA DE GOVERNAR E DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR NO SÉCULO XXI

A experiência dos governos petistas nas cidades e estados foi construída a partir de um rico e vigoroso processo de elaboração que alimentou e se alimentou da experiência em cada cidade e em cada estado, tendo como referência os valores do ideário socialista e as linhas gerais de nosso programa para o Brasil. O Modo Petista de Governar se definiu em diferentes gerações de prefeituras governadas pelo PT e teve como linhas gerais políticas voltadas à garantia de direitos a partir da inversão de prioridades, o desenvolvimento econômico articulado ao desenvolvimento social e urbano ou rural. Tais políticas foram desenvolvidas com ampliação do controle e da participação social e processos voltados a transformar a gestão pública visando torná-la mais democrática, eficiente e ética. As reflexões mais recentes resultaram na perspectiva de articulação entre as políticas nacionais que estruturam nosso projeto nacional, levadas a efeito pelos governos Lula e Dilma, e o impulso ao desenvolvimento local e regional.

O V Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1- Estimular nossos (as) prefeitos (as), governadores (as) a assumirem a liderança dos projetos locais como parte de nosso projeto nacional, fortalecendo a condição de lideranças regionais visando integrar políticas e soluções nacionais e locais, ampliando, desta maneira, o horizonte de planejamento, se utilizando para isso de instrumentos institucionais como os consórcios.

2- Estimular nossos gestores públicos em todos os níveis a desenvolver um modelo de implementação de políticas públicas em que a participação social seja parte integrante de sua concepção e desenho, monitoramento e avaliação, de modo a que ela seja, de fato, método de governo.

3- Estimular nossos (as) gestores (as) públicos (as) a elaborarem propostas de remoção das travas à ação estatal e à implantação de arranjos que viabilizem a execução e o aprimoramento das políticas para a garantia de direitos, a promoção da inclusão social e a redução da desigualdade.

4- Fortalecer as Secretarias de Assuntos Institucionais dos diretórios estaduais e municipais, sob a liderança da SNAI, para uma ação firme e contínua da direção nacional no sentido da apropriação e socialização dessa

reflexão, proporcionando a troca de experiências e a elaboração coletiva.

5- No mesmo sentido, o Modo Petista de Atuação Parlamentar deve ser discutido a partir da elaboração partidária. Nossos (as) vereadores (as) são os porta-vozes de nossas políticas em cada lugar do País e devemos integrá-los aos espaços de articulação e formulação partidária.

(aprovada, mas sujeita a adendos, por acordo na CEN/PT)

RESOLUÇÃO 8

TÁTICA ELEITORAL E ELEIÇÕES 2016

Tendo em vista a realização das eleições municipais de 2016, nas quais o PT terá como objetivo, manter as prefeituras que governa e ampliar o número de prefeitos e prefeitas, bem como de vereadores e vereadoras;



Tendo em vista também que é necessário debater a política de alianças e a tática eleitoral, para aprofundar as principais linhas do modo petista de governar/legislar;

Considerando ainda as diferentes realidades regionais e municipais, que exigem uma reflexão para a tomada de decisões eleitorais;

O V Congresso Nacional do PT

RESOLVE:

1. Orientar os Diretórios Municipais e Zonais a promover diagnósticos sobre a correlação de forças locais, sobre os partidos existentes no município, avaliação local e estadual dos nossos governos e dos governos que compomos.
2. Orientar os diretórios a iniciarem, junto com os setores organizados da população, levantamento sobre as demandas, necessidades e possibilidades das questões locais.
3. Orientar a criação dos GTEs Estaduais e Municipais, sob orientação do Diretório Nacional;
4. Convocar para o próximo semestre uma reunião ampliada do Diretório Nacional com os Presidentes dos Diretórios Estaduais do PT e os Coordenadores Estaduais do GTE com a finalidade de definir a política de alianças, de formular um novo formato de campanha, bem como consolidar uma proposta de atualização do Modo Petista de Governar e Legislar.

RESOLUÇÃO 9

SOBRE RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Por estarem em harmonia com as diretrizes programáticas do Partido dos Trabalhadores, o V Congresso resolve incorporar as Conclusões e Recomendações constantes do capítulo 18 da Comissão Nacional da Verdade, entre as quais se encontram a extinção da Justiça Militar, a desmilitarização das polícias, o reconhecimento pelas Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985), a proibição da realização de atos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964, a revogação da Lei de Segurança Nacional.

São ao todo 4 conclusões e 29 recomendações que o PT encampa, com o objetivo de contribuir para que o relatório da Comissão tenha maior impacto, no curto prazo, na formulação de políticas públicas do Estado Brasileiro.

RESOLUÇÃO 10

**UM PARTIDO QUE
LUTA CONTRA A
CORRUPÇÃO**

O PT liderou entre 2003 e 2014 as maiores e mais importantes iniciativas no combate à corrupção na história brasileira.

Ações exitosas como as elencadas abaixo:

1- Criação, em janeiro de 2003, da Controladoria Geral da União, institucionalizando em nível ministerial a fiscalização sistemática sobre a aplicação de recursos federais;

2- Adoção do pregão eletrônico como regra, reduzindo a possibilidade de fraudes em licitações;

3- Criação do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspeitas, excluindo dos contratos públicos fornecedores que cometeram ilícitos;

4- Monitoramento pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) de movimentações atípicas envolvendo agentes públicos;

5- Fortalecimento através da legislação de apoio ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o que intensificou a atuação no combate aos cartéis;

6- Criação do Portal da Transparência, que recebe mais de 1 milhão de consultas por mês e que foi considerado pela ONU uma das cinco melhores práticas de combate à corrupção em todo o mundo;

7- Aprovação da Lei de Acesso à Informação, que colocou o Brasil entre os países que praticam os mais avançados princípios de governança;

8- Edição do Decreto 5.497/2005 que reservou para servidores concursados 50% dos cargos no nível DAS-4 e 75% nos níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3, que antes eram de nomeação totalmente livre;

9- Respeito ao princípio constitucional da autonomia do Ministério Público, nomeando para o cargo de Procurador-Geral da República o mais votado nas eleições da Associação Nacional do Ministério Público (e não um “engavetador geral”, como nos tempos do PSDB, que arquivou 217 inquéritos

criminais envolvendo autoridades e engavetou outros 242, de um total de 626 denúncias recebidas);

10- Criação, no âmbito da Polícia Federal, das delegacias especializadas no combate à corrupção e desvio de recursos públicos, que já são 17 em todo o País;

11- O Congresso Nacional aprovou, nesse período, a Lei que regulamenta o conflito de interesses no Executivo Federal, coibindo condutas abusivas de servidores;

12- Aprovação da Lei Anticorrupção, que estabelece penas para empresas corruptoras;

13- Aprovação da nova Lei contra organizações criminosas;
Mais recentemente, a presidenta Dilma sintetizou e apresentou ao parlamento cinco novas propostas que buscam cercar a impunidade dos corruptos no Brasil:

14- Projeto de Lei que pune enriquecimento ilícito de servidores;

15- Projeto que institui a ação de perda de bens obtidos ilegalmente;

16- A extensão do critério da Ficha Limpa às nomeações para cargos de confiança nos três Poderes;

17- Projeto que criminaliza a prática de caixa dois nas eleições, todos com pedido de urgência constitucional.

O V Congresso do PT RESOLVE:

1. Realizar uma ampla campanha de comunicação, massificada junto à sociedade brasileira, sobre nossas realizações no amplo combate à corrupção.
2. Criar um núcleo de juristas progressistas, de composição plural, capaz de liderar uma reflexão sobre os caminhos da Justiça brasileira sobre a criminalização da política, dos partidos, dos movimentos sociais, e a questão da democracia.
3. Combater a raiz da corrupção, que é a “privatização” do Estado, não apenas de empresas ou serviços, mas da sobreposição do interesse privado sobre o interesse público. Nesse sentido, além das medidas jurídicas de combate à impunidade e de transparência implementadas pelos governos do PT, é essencial aprofundar a participação e o controle social da gestão do Estado, em todos os níveis. Quanto mais transparência, quanto mais democracia, quanto mais participação da sociedade e controle social na gestão do Estado, menor é a prevalência dos interesses privados sobre a coisa pública, menor é a ação corruptora dos representantes dos interesses privados sobre os gestores e dirigentes públicos.

RESOLUÇÃO 11

**CONTRA A
REDUÇÃO DA
MAIORIDADE
PENAL**

O V Congresso do PT reafirma sua posição contrária à redução da maioria penal de 18 para 16 anos, aprovada na CCJ - Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Esta questão social é um problema de política e não de polícia, resultado de um Estado marcado por injustiças sociais, de uma juventude sem acesso pleno à educação, saúde, saneamento, transporte. O jovem é na verdade a principal vítima e não produtor da violência.

Somos a quarta maior população carcerária do mundo, com ampla superlotação, e falta de políticas de reintegração dos detentos na sociedade. Temos também o vergonhoso 4º lugar no pódio de países com maior mortalidade da juventude por causa externa, índice maior do que os países que estão em conflito armado. Para combatermos esse retrocesso puxado por setores conservadores da mídia e da sociedade, o V Congresso Nacional do PT;

RESOLVE:

1. Garantir em nossos programas de governo políticas públicas relacionadas à educação, cultura, saúde, lazer, educação, com trato específico para jovens da periferia, como ações preventivas capazes de afastar os(as) jovens de opções arriscadas e atos de infração.
2. Realizar campanha contra qualquer projeto que proponha a redução da maioria penal e sujeite a Juventude Brasileira às mesmas penas e condições de não jovens que adentram o sistema prisional.
3. Promover Seminário Internacional sobre a maioria penal no mundo, já que nenhum dos 54 países que reduziram a maioria penal obteve a diminuição dos índices de violência, países como Espanha e Alemanha que reduziram a maioria penal, posteriormente voltaram atrás na decisão, e atualmente 70% dos países do mundo adotam a maioria penal de 18 anos.

(sujeita a adendos, por acordo na CEN/PT)

RESOLUÇÃO 12

POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE AS DROGAS

O Partido dos Trabalhadores apresenta como necessária a formulação de uma nova política sobre drogas no Brasil.

A superação da política de guerra às drogas, falida em todo o mundo, e de encarceramento em massa, é de suma importância para reduzirmos a violência, principalmente nas favelas e periferias, e garantirmos a reinserção real dos que cometeram algum tipo de delito.

Aliada a uma política de prevenção ao abuso do uso de álcool, tabaco e outras drogas e ao tratamento a dependentes químicos, formular uma nova política de drogas que descriminalize os usuários. A regulação ajudaria a esvaziar o mercado e diminuir a violência na sociedade brasileira. É preciso construir alternativas a essa política de drogas proibicionista, com um amplo debate sobre o tema.

Uma em cada quatro pessoas está encarcerada no País por ligação com o tráfico de drogas, o que é um desastre social. A verdade é que precisamos falar sobre drogas, dialogar com a sociedade e construir uma nova política sobre o tema no País.

RESOLVE:

1. Promover através da Secretaria Nacional de Juventude do PT Seminário para avançar no amplo diálogo com a sociedade e com os especialistas da pauta, pautando a aprovação do marco legal que descriminaliza os usuários de drogas, a garantia do uso medicinal e recreativo, e a proibição da publicidade de drogas lícitas;

2. Se posicionar contra ao PL que tramita na Câmara dos Deputados, PLC 37/2013 (antigo PL7663/2010), que reformula negativamente o Sistema Nacional de Política de Drogas. A proposta prevê a internação compulsória dos dependentes químicos, não distingue o usuário do traficante e estabelece o aumento da pena mínima para traficantes, que iria de 5 para 8 anos de cadeia, e proíbe a descriminalização de qualquer substância, mesmo que para uso medicinal.

3. Dialogar com o governo federal para a implementação do programa nacional de combate à dependência química, voltado para recuperação de jovens usuários de crack e outras drogas, com destaque a promoção da cidadania nos moldes do Programa de Braços Abertos implementado pela Prefeitura de São Paulo, e Casa Viva implementado no Rio de Janeiro.

4. Lutar pela promoção da política de prevenção e de implantação de centros públicos de recuperação e tratamento de dependentes químicos, reconhecendo os diversos tipos de drogas, com atendimento multidisciplinar para a redução de danos.

(aprovada, mas sujeita a adendos, por acordo na CEN/PT)

RESOLUÇÃO 13

CONTRA O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA

Extermínio da Juventude e o
Fim dos Autos de Resistência

O PT, em todas as suas instâncias, precisa debater os altos índices de extermínio da juventude no País em especial da juventude negra e da periferia.

Apesar de todas os avanços democráticos e dos 12 anos de governos progressistas, o Brasil convive ainda hoje com um instrumento autoritário chamado “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte”, que vem legitimando o assassinato de milhares de jovens pobres da periferia, sobretudo negros.

Na prática, o auto de resistência funciona para acobertar execuções cometidas por agentes do Estado, que resultam na morte de suspeitos e raramente é apurado o que de fato ocorreu.

O V Congresso Nacional do PT;

RESOLVE:

1. Convocar uma ampla mobilização Nacional dos setores progressistas pela aprovação do PL4471/12 (Fim dos Autos de Resistência);
2. Fortalecer o Plano Juventude Viva - Plano de Prevenção à Violência e Defesa da vida da Juventude Negra que atua na articulação e direcionamento de programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia, além de criar oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude;
3. Promover a integração entre a bancada federal e os governos estaduais do PT para um amplo trabalho de mobilização e aprovação do Fim dos Autos de Resistência nos estados.
4. Em conjunto com as organizações de defesa de direitos humanos e movimentos sociais, o PT vai intensificar o diálogo com o governo federal para que coloque como prioridade urgente a votação e aprovação do Projeto de Lei 4471/12, que desde 2012 tramita na Câmara dos Deputados. Este é o projeto que visa acabar com os autos de resistência e por consequência a diminuição das mortes perpetradas por agentes do Estado.
5. Conclamar todos os dirigentes, militantes e os jovens petistas a se unirem com a diversidade dos movimentos bem como orientar todos (as) os deputados e deputadas do PT para lutarem pela aprovação do PL4471/2012 que tramita no Congresso Nacional.

(aprovada, mas sujeita a adendos, por acordo na CEN/PT)

RESOLUÇÃO 14

SOBRE FINANÇAS PARTIDÁRIAS

O V CONGRESSO do PT conclama toda a militância, em especial as nossas Bancadas na Câmara e no Senado, a continuarem se empenhando para barrar a inclusão, na Constituição Federal, do nefasto financiamento empresarial para os partidos políticos. Aprovado em primeira votação graças a um golpe regimental – e um atentado à própria Constituição – que tem sido reportado na mídia e contestado no STF, o financiamento empresarial, além de favorecer a influência do poder econômico nas eleições, renova na base os circuitos da corrupção no Brasil.

Ao mesmo tempo que continuaremos a lutar pelo financiamento público exclusivo e pelo fim do financiamento empresarial, decidimos que os diretórios do PT não mais receberão doações de empresas privadas para manter nossas atividades.

A mesma decisão remeteu para o V Congresso referendar, detalhar o alcance e regulamentar o que coubesse. Entretanto, à medida que as votações da contrarreforma eleitoral em curso ainda não se encerraram, os (as) delegados (as) ao V Congresso mandatam o Diretório Nacional para dirimir em definitivo esta questão.

(aprovada, mas sujeita a mudanças, por ter sido remetida pelo Plenário do Congresso ao DN/PT)

RESOLUÇÃO 15

RESOLUÇÃO EDUCAÇÃO: BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

1. O direito à educação como condição de acesso à cultura, como uma das condições do exercício pleno da cidadania e da realização do trabalho produtivo, alcança uma dimensão mais complexa em nossa época e, em particular no Brasil, que transformou o paradigma em relação ao desenvolvimento. Em verdade, nosso governo recolocou a ideia de desenvolvimento e mais que isso demonstrou que o seu foco é o povo brasileiro com ênfase na garantia de direitos aos mais pobres.

2. A abertura de um novo ciclo de desenvolvimento marcado por novos padrões de crescimento, distribuição, produção de ciência e tecnologia, acesso às condições de produção do conhecimento e planejamento integrado por parte do Estado são condições interdependentes para que o Brasil se torne uma Pátria Educadora.

3. O Partido dos Trabalhadores aponta a necessidade de que o acesso à cultura e à tecnologia, por meio da educação básica e superior, se torne um desafio voltado à transformação dos referenciais de sociabilidade, liberdade, inclusão, justiça social e democracia para os trabalhadores.

4. Isso significa a superação na sociedade brasileira das concepções de natureza ou influência marcadamente neoliberal que prefiguram a educação básica como um celeiro de talentos, reproduzindo as políticas que concebem uma educação pobre para os pobres e que, por sua condição homogeneizadora e prescritiva, subtrai da escola o papel de criação, construção e difusão de conhecimentos em todos os campos.

5. A universalização da educação, a conquista da qualidade social para todos e a democratização da gestão educacional, em todos os níveis, não resultam de ações de premiação de professores, gestores e unidades educacionais que só fazem apartar os órgãos responsáveis pela educação das unidades educacionais e escamotear os verdadeiros e complexos problemas, que envolvem concepções, gestão e financiamento da educação no Brasil.

6. O PT reafirma sua convicção de que é por meio de políticas construídas com a sociedade, a partir da mais ampla participação em processos democráticos, e da consolidação de políticas e práticas de cooperação e colaboração entre os entes federados, no âmbito do Sistema Nacional de Educação,

que será possível transformar a educação brasileira e torná-la uma prioridade na sociedade.

7. O PT reafirma, por isso, seu compromisso com as Conferências Nacionais de Educação (CONAE) e com a concretização no Brasil do Plano Nacional de Educação (PNE), contribuindo com a formulação de políticas e propostas elaboradas em suas instâncias junto aos movimentos sociais, no parlamento e nos governos em que está à frente.

8. A partir dessas orientações, a Pátria Educadora deve ser materializada a partir de 13 pontos:

1 – Investir no presente e no futuro das crianças: proteção e educação em tempo integral.

Universalizar a educação infantil para crianças de 4 e 5 anos até 2016, conforme EC 59 e expansão do atendimento em creches;

2- Educação da Juventude: garantia do acesso e permanência no ensino médio de maior qualidade, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Acesso e permanência à educação profissional de qualidade;

3- Qualidade Social, Inclusão e equidade na Educação.

Fortalecer o investimento na realização de atividades culturais e esportivas nas escolas, bem como em experiências que permitam a investigação e o desenvolvimento do espírito científico em todas as unidades educacionais do País. Investir, em colaboração com os Estados e Municípios, em gestão e mediação pedagógica visando contribuir para a condução dos processos de reorientação e desenvolvimento curricular voltado à inclusão de todos, à garantia de aprendizagem e cidadania, levando-se em conta todas as dimensões do desenvolvimento das crianças, jovens e adultos. Ampliar a política de inclusão com atendimento especializado. Aperfeiçoar as políticas de educação do campo, indígena e quilombola; apoiar as redes de ensino no combate e na superação de todas as formas de violência nas unidades educacionais; Instituir o Sistema Nacional de Avaliação da educação Básica em lei (artigo 11) Instituir a Mesa Nacional de Negociação para a valorização dos profissionais da Educação;

4- Ampliação dos investimentos na valorização – formação, remuneração e

carreira - profissional dos trabalhadores da Educação;

5- Instituição e execução de Políticas afirmativas que valorizem a diversidade;

6- Ampliação e qualificação do Ensino Superior. Expandir as vagas e aprofundar a interiorização da rede federal de ensino superior. Promover a Qualidade do Ensino Superior, articulando a Regulação e Avaliação no âmbito do SINAES;

7- Ampliação dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento e soberania do País;

8 - Democratização, fortalecimento e qualificação da gestão educacional;

9- Educação para a vida sem violência;

10- Educação de Jovens e Adultos para a superação do analfabetismo e analfabetismo funcional;

11- Educação no Campo, Quilombola, Indígena, Ribeirinha e da Floresta;

12- Acelerar o incremento do investimento público em educação de modo a ultrapassar o patamar de 7% previsto no primeiro quadriênio do PNE. Utilizar os recursos oriundos do Fundo Social do pré-sal e dos royalties de petróleo e gás natural para sustentar ação supletiva da União com base na fixação do custo aluno qualidade correspondente ao padrão nacional de oportunidades educacionais segundo pactuação efetivada instância interfederativa tripartite;

13- Sistema Nacional de Educação.

Definir as instâncias de normatização vinculante e deliberação interfederativa tripartite sobre as normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Instituir em lei as instâncias de planejamento, gestão, pactuação, avaliação, controle e participação democrática constitutivas do sistema nacional de educação.

RESOLUÇÃO 16

POLÍTICAS DE IGUALDADE PARA MULHERES

O V Congresso fortalece o aprofundamento das políticas de igualdade para as mulheres, para avançar na construção de um novo equilíbrio entre produção e reprodução, apontando para a superação da divisão sexual do trabalho, do racismo e que, portanto, contribuam para romper com as dicotomias entre público e privado.

Isso é uma base fundamental para avançar no combate a todas formas de violência contra as mulheres e para o reconhecimento da autonomia em relação ao seu corpo e sexualidade e que, portanto, enfrente a criminalização do aborto, a lesbofobia e as práticas machistas na sexualidade.

Avançar na igualdade de participação das mulheres nos espaços de decisão e poder será base fundamental para a construção feminista de um Estado Solidário.

Estabelece que em todos os momentos de formação do Partido a luta pela igualdade, incluindo a paridade, seja conteúdo obrigatório na grade curricular e na discussão.

RESOLUÇÃO 17

SEGURANÇA PÚBLICA

Os 12 anos de Governo democrático e popular trouxeram avanços importantes para as políticas de segurança pública. Nunca se desenvolveram tantos organismos e mecanismos de combate à corrupção e ao crime organizado, assim como de recuperação de ativos, mesmo no exterior. Outra conquista é o Estatuto do Desarmamento e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, implementado durante o segundo governo Lula, com o aporte de mais de R\$ 5 bilhões em ações de prevenção, repressão qualificada e formação dos policiais e a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que juntos deram forma a um novo paradigma para a redução da violência na democracia. E ainda merece ser citada a atenção à segurança viária, política implementada, por exemplo, através do PARADA - Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito.

Precisamos, contudo, retomar as propostas construídas, com intensa participação da sociedade civil, no Plano Nacional de Segurança Pública de 2001, e no Programa Segurança Para o Brasil, apresentado na eleição presidencial de 2002. A eles devemos agregar a experiência maturada durante esse importante período a frente do governo federal. Neste sentido são bandeiras fundamentais:

1- Modernização da Investigação

Acabar com a investigação cartorial assentada sobre o ineficaz inquérito policial, pois além de ser obsoleta, ela traz de forma latente as figuras inquisitoriais do indiciamento e da intimação para depor em unidade policial, extremamente atentatórias aos direitos individuais do cidadão. Como contraponto, implementar um modelo de investigação contemporâneo, conforme as polícias investigativas de países democráticos, que utilizam de metodologia científica para a produção do conhecimento, mecanismo que reduz a dependência das oitivas em sede policial, bem como da busca da confissão por meio de interrogatórios. A herança ideológica e instrumental das polícias, na maioria das vezes, as transformam em polícias políticas que perseguem os partidos e as organizações vinculados às causas populares e progressistas, com o discurso público do combate à corrupção.

2- Carreira Única

Reformar as carreiras das diferentes polícias garantindo a entrada única e a possibilidade de progressão até o nível mais alto da hierarquia. A existência de duplicidade de carreiras, com estatura distinta nas diversas insti-

tuições policiais, é reconhecidamente causadora de graves conflitos internos e ineficiências. É preciso registrar que essa medida não é incompatível com o princípio hierárquico ou com o estabelecimento de gradação interna à carreira, que permita a ascensão do profissional (adaptado do texto da PEC 51).

3- Desmilitarização

O ideário militar de combate ao inimigo é virtualmente impossível de ser conciliado com a aspiração de uma polícia cidadã, garantidora de direitos e imbuída na missão de servir e proteger. As polícias devem ser defensoras do conjunto da sociedade, e não da parte privilegiada desta. Mais do que romper com o modelo militarizado, deve-se retirar a previsão existente das PMs enquanto forças auxiliares e reserva do Exército. É preciso promover a compreensão de que a manutenção das Forças Armadas como superiores hierárquicas do policiamento ostensivo representa uma herança autoritária. Neste tema, é um retrocesso o aumento de competências das Forças Armadas na Segurança Pública promovidos pelas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Como todas as democracias desenvolvidas, precisamos valorizar nossas polícias e não retroceder ao militarismo.

4- Ciclo Completo de Polícia

A concentração das atividades ostensivas e investigativas, prevenção e repressão, em uma mesma força, notadamente nas atuais polícias ostensivas (ainda militares), trará enorme impacto positivo nos índices de elucidação de delitos. Este modelo possibilitará que sejam levados diretamente às barras da Justiça os autores de crimes ordinários, ao passo que desafogará as polícias investigativas (civis) para se especializarem em crimes de maior complexidade e gravidade, como assassinatos, sequestros e combate às organizações criminosas. Paralelamente, devemos fortalecer a integração das Polícias Cíveis e Militares e do controle externo dos órgãos policiais por meio de Ouvidorias autônomas, o fim dos tribunais militares, a criação de corregedoria única, externa e independente e o estabelecimento de meios de participação comunitária e controle social.

5- Formação e Profissionalização da Gestão

A formação policial tem um papel estratégico. É por meio dela que podemos superar a herança autoritária e construir uma concepção de policiamento e de polícia adequados para os padrões democráticos, estimulando a for-

mação de lideranças, o engajamento para a construção de uma cultura de paz, e com as habilidades necessárias para a criação de vínculos com as comunidades e as redes de serviços sociais. Também se deve promover a produção de conhecimento e, sobretudo, a formulação de indicadores de desempenho da atividade policial e de mecanismos para sua divulgação interna e externamente.

6- Ações Preventivas

O enfoque preventivo precisa ser defendido e demonstrado como principal caminho para a redução da violência. Precisamos retomar com prioridade a política de controle e entrega voluntária de armas de fogo, estruturar e fortalecer políticas territorializadas integradas de proteção e prevenção à violência em relação a crianças e adolescentes, fortalecer as Guardas Municipais para a gestão dessas políticas preventivas, em parceria com os municípios.

7- Modernização do Sistema Carcerário

É inadmissível que, depois de 12 anos de governos de esquerda, o sistema carcerário brasileiro permaneça com padrões medievais de tratamento da população carcerária, dando margem ao domínio por parte de facções criminosas e a práticas cotidianas de violência contra os presos. É preciso reverter a lógica de encarceramento em massa, através da estruturação de políticas verdadeiramente qualificadas de alternativas à prisão e a construção de uma rede de programas sociais consistente para os egressos do sistema prisional.

8- Diversidade Sociocultural

É urgente a criação de incentivos à participação das mulheres e negros (as) nas instituições policiais e mecanismos que garantam a sua presença nos espaços de decisão das instituições, bem como a sua chegada aos níveis mais elevados das carreiras.

9- Direitos Humanos e Segurança Pública

Precisamos superar o pesado fardo da Ditadura Militar, que nos legou um sistema de Segurança Pública sem transparência, sem participação social e orientado para práticas reativas de policiamento, isso sem falar das absurdas taxas de letalidade policial, os abusos e a tortura praticados pela polícia. Precisamos superar o falso antagonismo entre Direitos Humanos e Segurança Pública, criado pela Doutrina de Segurança Nacional. Na democracia, um não existe sem o outro.



Congresso
Nacional do

PT

2ª Fase

13

PARTIDO DO
ALHADO



10- Nova Política Antidrogas

É preciso repensar a política de drogas do Brasil. A Guerra às Drogas é a responsável pelo maior extermínio de vidas na América Latina, desde a colonização europeia. Manter a atual política só interessa aos que lucram dinheiro e votos fomentando o medo e o ódio. Este debate precisa ser feito sem preconceitos morais ou religiosos, mas com a estruturação de estratégias eficazes em educação sobre o tema, para efetivamente empoderar os adolescentes com informações; políticas de cultura, esporte e lazer para a juventude, e políticas de saúde mental para aqueles que precisarem de apoio do Estado. Para retomar a iniciativa nesta área é preciso atuar com um foco prioritário e urgente na redução de homicídios, via a constituição de um pacto nacional que reúna os três entes federativos, o empresariado democrático, as igrejas e os movimentos sociais, em torno de propostas concretas para a melhoria da elucidação e responsabilização criminal dos homicídios e de prevenção à violência nas áreas de maior vitimização.

11- Integração e Articulação Institucional.

Cabe avançar na integração sistêmica (federal, estaduais e distrital, e municipal) da segurança pública, como já reiterado pelo Governo Federal, desde o primeiro mandato do presidente Lula até o presente momento pela presidente Dilma. É necessário compartilhar tecnologias, informações e procedimentos de maneira a potencializar as interseções dessas diferentes organizações.

12- Seminário Nacional

Ante o conjunto de medidas apresentadas acima, propomos que o PT convoque um Encontro Nacional Específico sobre este tema, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, com a participação de especialistas, intelectuais, ativistas e profissionais da área, para construir um projeto profundo para a Segurança Pública do Brasil, com base nas propostas aqui defendidas.

RESOLUÇÃO 18

MEIO AMBIENTE

O V Congresso do Partido dos Trabalhadores reafirma a concepção de sociedade futura pela qual luta como uma sociedade socialista, democrática e sustentável, fruto da ação de homens e mulheres livres da exploração e de todas as formas de opressão, vivendo em relação amigável com a natureza, da qual se reconhece parte.

Compreende que a luta para se construir a sociedade socialista, democrática e sustentável é longa, exige revoluções políticas, econômicas e culturais que possibilitem transformar a realidade econômica, a estrutura de poder político que lhe sustenta e o paradigma produtivista que lhe dá suporte ideológico.

Reconhece que uma mudança desta grandeza, em escala global, não ocorrerá por mero determinismo econômico, fruto das contradições intrínsecas do capitalismo, mas poderá ser construída pelo protagonismo político e cultural da classe trabalhadora e da cidadania global.

Identifica na realidade histórica do primeiro quarto de século XXI duas tendências avassaladoras: a) a financeirização global da economia que estabeleceu um novo patamar de exploração do trabalho, da expropriação da riqueza, e da concentração de renda e patrimônio jamais vista na história da humanidade; e b) a apropriação e mercantilização dos bens comuns, dos ecossistemas naturais, em processo de degradação incompatível com sua capacidade de regeneração; e a alteração das condições ambientais em escala global, que coloca em risco a reprodução da vida no planeta.

Não obstante o crescimento exponencial da produtividade do trabalho que possibilitou a geração de bens e serviços suficientes para satisfazer as necessidades humanas básicas de toda a humanidade, apenas uma parcela da classe trabalhadora e da população mundial obtiveram melhorias sensíveis em suas condições de vida; enquanto a maioria da humanidade vive em condições precárias de trabalho e de sobrevivência.

Mais estarrecedor ainda é constatar que as determinações deste avanço tecnológico, desta forma de produzir e consumir mesmo com a exclusão da maioria da humanidade do bem-estar social, conduziu a um impasse global cuja expressão mais nítida são as mudanças climáticas que ameaçam não apenas o atual modo de vida humana, mas até mesmo a capacidade de so-

brevivência de todas as formas de vida do planeta. Ou seja: exclusão da maioria da humanidade dos benefícios sociais e inclusão de todos e todas nos riscos ambientais.

A classe trabalhadora como um todo, povos e nações que não fizeram a revolução industrial e não são protagonistas da atual revolução tecnológica se tornaram reféns de megacorporações financeiras que sofisticaram suas formas de apropriação do excedente criado pelo trabalho de toda a humanidade e usam do poder político e militar de potências nucleares para sustentarem essa ordem mundial.

Acabou-se a utopia do bem-estar social para todos e todas durante o capitalismo e firmou-se a ideologia justificadora da fuga para o futuro de uma minoria deixando para trás a maioria da humanidade vítima da exclusão do sistema capitalista e sua exposição aos eventos violentos das mudanças climáticas.

Enfrentar essa dupla realidade da superexploração do capital em sua fase de financeirização global e da exposição da humanidade aos riscos ambientais exige a combinação da luta pela realização futura da sociedade socialista democrática e sustentável com a luta presente contra a exclusão social e a apropriação desigual do produto do trabalho humano e a luta contra os graves danos ao meio ambiente que expõe a riscos imediatos bilhões de seres humanos e variadas espécies sobre a terra.

Para o PT que define seu horizonte utópico como sociedade socialista, democrática e sustentável, é necessário fazer uma verdadeira revolução cultural para adequar os objetivos imediatos aos objetivos futuros, sob pena de se perder ao meio do caminho, no pragmatismo, nas veleidades do jogo de poder político, nas dimensões imediatas da luta de classe, e o que é pior, na gestão descomprometida deste atual modelo de desenvolvimento desigual e insustentável.

Trata-se não apenas de adequar objetivos imediatos aos objetivos futuros, mas também de adotar meios adequados aos objetivos; de exercitar métodos que possibilitem a conscientização dos seus militantes, filiados e eleitores, e também de toda a classe trabalhadora e da população em geral, para que tenham efeitos verdadeiramente revolucionários.

Essa revolução cultural num partido de massa e de militantes como o PT, é fundamental para se sair da crise atual, identificada com o esgotamento de um modo de fazer política e com um projeto progressista limitado para se transformar a realidade social. Há que se pensar em novas diretrizes estratégicas que definam um novo modo de ser e agir do Partido e se reformatar o projeto para o Brasil.

1. UM NOVO PARADIGMA CULTURAL.

Um novo paradigma cultural para orientar suas atividades internas e sua participação na luta de classes, ideológica, política e ambiental é exigência imediata. Trata-se de promover uma revolução cultural para se negar o paradigma produtivista, antropocêntrico, androcêntrico e patriarcalista, centralizador de poder e desconhecedor das diferenças; e afirmar o novo paradigma sustentabilista, holístico, baseado na ética do respeito aos direitos das gerações futuras, e às diferentes expressões sociais, culturais, sexuais; anunciador de um novo modo de vida, produção e consumo sustentáveis.

2. UMA ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO QUE ASSOCIE AÇÕES VIA ESTADO E AÇÕES VIA SOCIEDADE

Uma estratégia que reconheça a predominância das mais variadas formas de organização e luta da classe trabalhadora e da cidadania, capazes de constituir um poder popular que poderá se associar a ações por dentro e via Estado, na estratégia transformadora.

3. UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

A defesa programática de algumas medidas de transição capazes de promover transformações reais, ainda que parciais, que possam acumular forças para se garantir avanços e evitar, danos irreversíveis e estabelecer as bases de um novo modo de vida, de produção e consumo.

Medidas que facilitem o enfrentamento da crise social e econômica e resultem em empoderamento da classe trabalhadora e da sociedade civil:

a) redução progressiva da jornada de trabalho, de tal forma que homens e mulheres possam dentro de uma geração ter uma carga menor de trabalho heterônimo (trabalho necessário para sua sustentação) e uma carga maior de trabalho autônomo (de livre escolha, não obrigatório) possibilitando-lhes maior tempo para realização de suas necessidades culturais e espirituais.

b) reconhecimento de poder autônomo de iniciativas populares, em atividades econômicas, gestão territorial, em produção cultural; uso dos recursos públicos, etc, sempre que possível com o apoio do Estado com políticas redistributivas de renda, particularmente dos fundos públicos.

c) adoção crescente de métodos de consulta e decisão da democracia direta.

Políticas ambientais que reduzam os danos deste modo de produzir e consumir dominante, reduzam os riscos ambientais diante das mudanças climáticas e facilitem a preservação dos ecossistemas naturais e da diversidade biológica:

a) acesso universal aos bens comuns da humanidade – água, terra, energia e radiações solares, florestas, biodiversidade e patrimônio genético, os serviços ambientais dos ecossistemas naturais – cujo uso, gestão e proteção não poderão ser transformados em mercadorias e submetidas à lógica de reprodução do capital.

a) redução das emissões de gases do efeito estufa, estabelecendo metas de médio e longo prazos para se evitar que o aumento da temperatura média da terra superior a 2 graus centígrados;

b) desmatamento zero da Amazônia, como forma de defesa dos seus ecossistemas, da floresta e de seu manancial hídrico e de suas espécies;

c) gestão nacional das Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas, etc.) e das Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais – que não apenas respeitem os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, mas que assegure sua participação na gestão e lhes garanta benefícios de eventual comercialização dos produtos; e no segundo caso com o envolvimento dos proprietários de terras;

d) uma nova visão sobre a gestão urbana, que exigirá uma verdadeira revolução administrativa e cultural, partindo do conceito que se trata de ecossistemas artificiais sobrepostos a ecossistemas naturais, alguns casos como as grandes metrópoles, sob forte saturação, expondo boa parte da po-

pulação aos efeitos danosos da poluição, das enchentes, dos deslizamentos de terras, além do trânsito caótico e condições precárias de mobilidade; e ainda o destino adequado dos resíduos sólidos

O PRESSUPOSTO NECESSÁRIO: REVOLUÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL NO PT
O PT deve se revolucionar a si mesmo para renovar seu compromisso de revolucionar a sociedade. Uma revolução cultural e ambiental interna exigirá antes de tudo a adoção de um novo paradigma de ver a vida, do modo como se organiza a sociedade para produzir e consumir e sua convivência com o meio ambiente. Este novo modo de ver está baseado na crítica ao modo de vida que nos foi imposto pelo capitalismo e pelas experiências do chamado socialismo real, tanto do ponto de vista econômico, político e social quanto ambiental. Propomos o paradigma da sustentabilidade.

Este novo paradigma deve reorientar as formas de nos posicionar e de atuar na sociedade. Reconhecendo em primeiro lugar que não somos únicos, que outros sujeitos políticos e sociais também se propõem construir e atuar segundo este novo paradigma. Trabalhar pacientemente neste campo do novo conhecimento, do novo modo de ser e de fazer política, para construir uma aliança estratégica por mudanças radicais globais. Em segundo lugar exigirá novas formas de pensar o Estado e a Sociedade, reconhecendo o papel que um e outra pode desempenhar na estratégia transformadora. E redefinindo nossa atuação, enquanto partido militante, tanto na esfera do Estado como da Sociedade, assegurando sempre a autonomia do Partido em relação ao governo, da sociedade civil em relação ao Estado.

Em terceiro lugar, ao adotarmos o paradigma da sustentabilidade, devemos adotar novas posturas, novas formas de organização, de atuação e de modos de fazer política interna – para que possamos concentrar e dirigir nossa energia criadora coletiva para transformar a sociedade, para construir a sociedade socialista, democrática e sustentável.

RESOLUÇÃO 19

POR UM NOVO MODELO DE TRIBUTAÇÃO

Tendo em vista a contribuição da bancada federal do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados sobre um conjunto de proposições legislativas orientadas a um novo modelo de tributação, o V Congresso do PT resolve desenvolver debates e campanhas sobre as seguintes propostas:

1- Imposto sobre grandes fortunas: esse tributo incidirá sobre o conjunto de bens e direitos, situados no País ou no exterior, que integrem o patrimônio do contribuinte, e que podem ser caracterizados como fortuna; esse tributo está previsto no inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, e aguarda regulação por lei complementar;

2- Imposto sobre grandes heranças e doações: a ampliação da arrecadação efetiva e da progressividade tributária desse tributo, que já é parte constitutiva do sistema tributário constitucional, sendo que sua arrecadação total responde hoje por apenas 0,24% da arrecadação tributária no Brasil.

3- Tributação de lucros, dividendos no Brasil e remessa para o exterior: a legislação brasileira prevê isenção de Imposto de Renda de pessoas físicas quando da distribuição de lucros ou dividendos, caracterizando-se como um privilégio aos detentores de capital. Somente em 2013, foram US\$30,6 bilhões enviados ao exterior como lucro e dividendos, sem pagar um centavo de imposto. Trata-se de uma sangria de riquezas do Brasil para o exterior. Enquanto os lucros e dividendos gozam de isenção, a renda do trabalho é taxada a alíquotas de até 27,5%.

4- Tributação sobre juros sobre capital próprio: esse dispositivo estabelece um privilégio para as rendas do capital, permitindo que as grandes empresas reduzam seus lucros tributáveis a partir da dedução de uma despesa fictícia: os juros sobre o capital próprio; “e uma verdadeira excentricidade tributária, única no mundo, criticada até pela OCDE, clube dos países mais ricos do mundo.

5- Cobrança da dívida ativa da União: o governo precisa aperfeiçoar os mecanismos de cobrança da dívida ativa de modo a recuperar um volume de recursos públicos estimados, para dezembro de 2014, em R\$1,4 trilhões, segundo dados da PGFN. Também é importante que o governo desenvolva mecanismos rígidos de combate à sonegação tributária, de modo a evitar que esta prática criminosa tenha êxito no âmbito da nossa economia. A sonegação fiscal estimada para a economia brasileira, para o ano de 2014, é de aproximadamente \$ 500 bilhões.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

- 1- Convocação para janeiro de 2016 do X Encontro de negros do PT para discutir exclusivamente nossa política para o combate ao racismo;
- 2- Apoio à mobilização da Marcha das Mulheres Negras e aos atos de 20 de novembro;
- 3- Quando existir liberação de dirigentes nos estados, será obrigatoriamente obedecida a paridade de gênero;
- 4- O PT em seus programas de rádio e TV em épocas não eleitoral respeitará obrigatoriamente a legislação com relação ao tempo das mulheres. O espaço reservado para as mulheres deve ser fortalecido com a inserção de militantes, dirigentes, gestoras e mandatárias;
- 5- Financiamento: Implantar mecanismos de transparência e participação da militância nas decisões das prioridades dos recursos;
- 6- Quando existir remuneração de dirigentes em qualquer instância do PT, será obrigatório a paridade de Gênero, o cumprimento das cotas de jovens e negros sem diferenciação no valor da profissionalização entre os dirigentes. Que o PT assegure todas as condições necessárias de acessibilidade em todas as suas instâncias, eventos e meios de comunicação partidária, assegurando a participação de todos os filiados;
- 7- Que nos processos internos sejam considerados os filiados do filiaweb – sistema da justiça eleitoral;
- 8- Assegurar que cada parlamentar disponibilize sua agenda ao Partido para crescimento do PT;
- 9- Será convocado Encontros com petistas militantes no movimento social para discutir as principais bandeiras de luta dos movimentos para os próximos anos;
- 10- O PT fortalecerá a organização de núcleos por área geográfica e temáticas estabelecendo formas e espaços de deliberações nos municípios, inclusive de participação nas direções municipais;



11- Propor ao governo o debate com os prefeitos sobre um novo pacto federativo, trazendo à discussão a autonomia financeira para a educação;

12- Propor ao governo federal constituir um fórum permanente com os movimentos sociais;

13- Proposta de Resolução para realização de conferência de petistas e lideranças do movimento social da Amazônia.

14- Criação de Conselho Político: Considerando a necessidade de superar o distanciamento do Partido com os movimentos sociais e a intelectualidade de esquerda; considerando a estratégia de constituição de uma frente democrática e popular; considerando a necessidade de formulação sobre o novo ciclo histórico e atualização do programa partidário, resolve:

Criar um conselho político, atrelado à Direção Nacional, que assessore, aconselhe e discuta a conjuntura política cotidianamente junto à direção. Esse conselho deverá ser formado por expoentes históricos do Partido, movimentos sociais e intelectuais do campo progressista;

15- Cultura como Política Pública: Que a bancada do PT no Congresso Nacional assegure a votação das leis que tramitam sobre o financiamento e implementação do Sistema Nacional de Cultura.

EXPEDIENTE

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Rui Goethe da Costa Falcão
PRESIDENTE

Alberto Lopes Cantalice
VICE-PRESIDENTE

Clarissa Lopes Vieira Alves da Cunha
VICE-PRESIDENTE

Gleide Andrade de Oliveira
VICE-PRESIDENTE

Jorge Luiz Cabral Coelho
VICE-PRESIDENTE

José Nobre Guimarães
VICE-PRESIDENTE

Sibá Machado
LÍDER DO PT NA CÂMARA

Humberto Sergio Costa Lima
LÍDER DO PT NO SENADO

Anne Karolyne Moura de Souza
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Bruno de Oliveira Elias
SECRETÁRIO DE MOVIMENTOS POPULARES

Carlos Henrique Goulart Àrabe
SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO

Florisvaldo Raimundo de Souza
SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO

Marcio Costa Macedo
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

José Américo Ascêncio Dias
SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO

Juliana Cardoso
VOGAL

Luiz Paulo Teixeira Ferreira
VOGAL

Flora Izabel Nobre Rodrigues
VOGAL

Maristella Victor de Mattos
SECRETÁRIA DE MOBILIZAÇÃO

Mônica Valente
SECRETÁRIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes
SECRETÁRIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Romênjo Pereira
SECRETÁRIO GERAL

Vivian Cristiane Gomes de Farias
SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO REGIONAL

SECRETARIAS SETORIAIS

Indalécio Wanderlei
SECRETÁRIO SINDICAL

Edmilson Souza Santos
SECRETARIA NACIONAL DE CULTURA

Elvino Bohn Gass
SECRETARIA AGRÁRIA NACIONAL

Gilney Viana
SECRETÁRIO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Jefferson F. Lima
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Julio Barbosa Aquino
SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Laisy Moriére Cândida Assunção
SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES

Nelson Murilo Padilha
SECRETARIA DE COMBATE AO RACISMO

Marcio Pochmann
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO







PARTIDO DOS TRABALHADORES

2015

Partido dos Trabalhadores - Brasília

SCS, Quadra 2, Bloco C, Nº 256

Edifício Toufic, 1º andar

Cep: 70302-000

Contato: (61) 3213-1313

Partido dos Trabalhadores - São Paulo

Rua Silveira Martins, 132

Cep: 01019-000

Contato: (11) 3243-1313